



POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE VOTO

DAHLIA CAPITAL | JUNHO 2022

ÍNDICE

HISTÓRICO DE REVISÃO	3
I. OBJETIVO	4
II. RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA.....	4
III. BASE LEGAL	4
IV. PUBLICIDADE.....	4
V. PRINCÍPIOS GERAIS	4
VI. SITUAÇÕES DE CONFLITOS DE INTERESSES	5
VII. MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS	5
VIII. MATÉRIAS FACULTATIVAS (NÃO-OBRIGATÓRIAS)	6
IX. EXCEÇÃO AO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO	7
X. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	7
XI. COMUNICAÇÃO DE VOTO	8
XII. VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO.....	8

HISTÓRICO DE REVISÃO

VERSÃO	DATA	DESCRIÇÃO	REVISÃO	APROVAÇÃO FINAL	OBS.
1.	Janeiro de 2018	Primeira Emissão	Compliance DAHLIA	José Aurino da Rocha Neto Diretor de Investimentos	Início das atividades
2.	Novembro de 2019	2ª versão	Compliance DAHLIA	José Aurino da Rocha Neto Diretor de Investimentos	Revisão de rotina realizada para alinhar processos implementados e melhores práticas
3.	Junho de 2022	3ª versão	Compliance DAHLIA	José Aurino da Rocha Neto Diretor de Investimentos	Revisão geral para atualização de acordo com a regulamentação da CVM, as exigências da ANBIMA e as melhores práticas

I. OBJETIVO

A Política de Exercício de Voto ("**Política**") aborda os princípios gerais e os critérios que norteiam o exercício do direito de voto em assembleias gerais relativas aos ativos financeiros que integrem as carteiras dos fundos de investimento geridos ("**Fundos**") pela Dahlia Capital Gestão de Recursos Ltda. ("**Dahlia Capital**" ou "**Gestora**"). Esta Política versará também sobre os procedimentos a serem adotados em situações de potencial conflito de interesses, bem como descreverá as situações em que o exercício do voto será obrigatório e em quais este será facultativo, dentre outros procedimentos relacionados.

II. RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA

O responsável pelo controle e execução da presente Política será do Comitê de Investimentos da Dahlia Capital, conforme previsto em regimento interno da Gestora.

III. BASE LEGAL

- (i) Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 21, de 25 de fevereiro de 2021 ("**Resolução CVM nº 21**");
- (ii) Código da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**") de Administração de Recursos de Terceiros ("**Código de ART**"); e
- (iii) Regras e Procedimentos do Código de ART.

IV. PUBLICIDADE

Esta Política foi registrada na ANBIMA em sua versão integral e atualizada, ficando disponível para a consulta pública, bem como pode ser encontrada no *website* da Dahlia Capital: <https://www.dahliacapital.com.br/>

V. PRINCÍPIOS GERAIS

A Dahlia Capital compromete-se a desenvolver as suas atividades com lealdade, respeito, ética, transparência com dever fiduciário em relação aos interesses dos cotistas dos Fundos e exercerá o direito de voto em assembleias gerais, na qualidade de representante dos Fundos, empregando todo o cuidado e a diligência exigidos pelas circunstâncias.

Na hipótese do edital ou carta de convocação não apresentar informações suficientes sobre as matérias a serem votadas, a Dahlia Capital poderá obter os esclarecimentos necessários diretamente com os emissores dos títulos e valores mobiliários ou com seus agentes. Ressalta-se que, para que possa votar em assembleia, a Dahlia Capital deverá ser comunicada sobre a sua ocorrência em tempo hábil.

VI. SITUAÇÕES DE CONFLITOS DE INTERESSES

Situações de conflitos de interesse são definidas como aquelas que podem de alguma forma influenciar na tomada de decisão quanto ao voto a ser proferido de modo a prejudicar o dever fiduciário da Gestora em relação aos interesses dos cotistas dos Fundos, envolvendo ou não colaboradores e funcionários da Dahlia Capital (“**Conflito de Interesse**”).

Todo colaborador da Dahlia Capital deverá comunicar a área de Legal & Compliance ou o Diretor de Compliance, caso venha a ter conhecimento de fato ou situação que configure, mesmo que potencialmente, Conflito de Interesse.

As situações de potencial Conflito de Interesses reportadas serão analisadas pela Área de Legal & Compliance da Dahlia Capital, que avaliará a situação e emitirá formalmente sua opinião.

Caso caracterizado o Conflito de Interesse, serão adotados procedimentos internos para sua solução em tempo hábil para participação na respectiva assembleia ou, não sendo possível solucionar o caso em tempo hábil, a Dahlia Capital deixará de exercer o direito de voto nas respectivas assembleias, mantendo sua justificativa à disposição, conforme regulamentação aplicável.

VII. MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS

As situações listadas abaixo requerem voto obrigatório da Dahlia Capital como representante dos Fundos:

- (i) Ações, seus direitos e desdobramentos:
 - a) Eleição de representantes de acionistas minoritários nos Conselhos de Administração, se aplicável;
 - b) Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço”, ou seja, se o preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia;
 - c) Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações dos direitos conferidos por ações, conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da Gestora, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo Fundo; e
 - d) Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

- (ii) Ativos financeiros de renda fixa ou mista:
 - a) Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente

acordadas para a operação.

(iii) Cotas dos Fundos regulados pela Instrução CVM nº 555/14:

- a) Alterações na política de investimento que alterem a classificação do Fundo de acordo com as normas da CVM ou da ANBIMA;
- b) Mudança de administrador ou gestor, desde que não integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
- c) Aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
- d) Alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
- e) Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
- f) Liquidação do Fundo; e
- g) Assembleia de cotistas nos casos previstos no Art. 39 da Instrução da CVM nº 555/14.

(iv) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário ("FIIs"):

- a) Alteração da política de investimentos e/ou do objeto descrito no regulamento;
- b) Mudança de administrador, consultor imobiliário e/ou gestor, desde que não integrantes do mesmo Conglomerado ou Grupo Econômico (nos termos das Diretrizes ANBIMA);
- c) Aumento de taxa de administração, criação de taxas de entrada ou criação ou aumento de taxa de consultoria;
- d) Apreciação do laudo de avaliação de bens e direitos utilizados na integralização de cotas do FII;
- e) Eleição de representantes de cotistas;
- f) Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores; e
- g) Liquidação do FII.

(v) Demais ativos financeiros não previstos acima

- a) Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.

VIII. MATÉRIAS FACULTATIVAS (NÃO-OBRIGATÓRIAS)

Sem prejuízo do exercício de direito de voto em relação às matérias relevantes obrigatórias, nos termos dos itens acima, a Dahlia Capital poderá comparecer às assembleias gerais dos emissores e exercer o direito de voto em relação a outras matérias que, a seu critério, sejam de interesse dos Fundos e dos cotistas.

IX. EXCEÇÃO AO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

A Dahlia Capital poderá optar por não exercer o direito de voto nas hipóteses abaixo :

- (i) A assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- (ii) O custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do ativo financeiro no Fundo;
- (iii) A participação total dos Fundos, sujeitos à Política de Voto, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum Fundo possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão;
- (iv) Houver situação de conflito de interesse em relação à matéria da ordem do dia e/ou matéria relevante;
- (v) Se as informações disponibilizadas pelo emissor de títulos e valores mobiliários ou pelo administrador do fundo de investimento nos quais o Fundo detenha participação não forem suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos para a tomada de decisão por parte da Dahlia Capital;
- (vi) ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil; ou
- (vii) certificados de depósito de valores mobiliários (*Brazilian Depositary Receipts – BDR*).

X. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

O voto a ser proferido em assembleia será decidido pelo Comitê de Investimentos após deliberação de seus membros, levando em consideração a matéria a ser deliberada, sua relevância para os Fundos, custo relacionado ao exercício do direito de voto e eventual conflito de interesses.

Caso a Dahlia Capital opte pelo não exercício de voto em assembleias em que participam Fundos sob sua gestão, deverá justificar sua escolha e mantê-la à disposição dos investidores.

O comparecimento às assembleias poderá ser feito por um diretor estatutário da Dahlia Capital ou pela área de Legal & Compliance, podendo, ainda, serem contratados terceiros para efetuar essa representação, com as procurações devidamente estipuladas.

No caso de a Dahlia Capital outorgar instrumento de procuração para o pleno exercício do direito de voto a terceiros, estes deverão representar os interesses do respectivo Fundo nas assembleias em consonância com a presente Política e com as disposições aplicáveis do regulamento de cada Fundo, seguindo, ainda, as disposições expressas no Código de ART e das Regras e Procedimentos do Código de ART, no que aplicável.

Neste caso, a Dahlia Capital deverá instruir tais terceiros a respeito (i) da representação do Fundo; e (ii) do exercício de direito de voto em nome do respectivo Fundo em assembleias. Os mandatos concedidos sob a égide desta Política deverão ser cumpridos dentro dos limites estabelecidos no

instrumento de outorga de poderes, respondendo a Dahlia Capital, ou o terceiro por esta contratado, por qualquer ato praticado com excesso, violação ou abuso dos poderes outorgados.

XI. COMUNICAÇÃO DE VOTO

Os cotistas poderão solicitar um resumo e a justificativa sumária dos votos proferidos em assembleia passada, a qualquer tempo, mediante simples solicitação escrita à Dahlia Capital, por meio do endereço eletrônico contato@dahliacapital.com.br. A Dahlia Capital atenderá qualquer solicitação neste sentido em até 5 (cinco) dias úteis.

Serão disponibilizados ao administrador fiduciário dos Fundos de Investimentos geridos pela Dahlia Capital, mensalmente, resumo do teor dos votos proferidos, bem como sua explicação sumária, ou, em caso de abstenção, as devidas justificativas, para que sejam enviados aos órgãos fiscalizadores, conforme regulamentação aplicável. A disponibilização desse documento poderá ser feita mediante carta, correio eletrônico (*e-mail*), sistemas dos administradores fiduciários ou pela internet.

XII. VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO

Esta Política será revisada no mínimo uma vez a cada ano, e sua alteração acontecerá caso, por questões regulatórias ou internas, seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo. Poderá, ainda, ser alterada a qualquer tempo em razão de circunstâncias que demandem tal providência.